

A LUTA DOS POPULARES DE CAMPINA GRANDE POR UMA VIDA MENOS INFAME (1970-1980)

Antonio Clarindo Barbosa de Souza*

Os caminhos que conduziam à Campina Grande nos anos de 1970 eram vários e um deles, que trazia das cidades (pequenas vilas) de Alagoa Grande e (A)lagoa Seca, trouxe naqueles dias de janeiro de 1970, Lionete do Nascimento, de 19 anos, moradora da cidade de Alagoa Nova, e Maria de Lourdes da Silva, de 18, sua colega da cidadezinha de Alagoa Seca, distante 15 km do núcleo urbano de Campina Grande.

As duas moças que pareciam sérias, aparentemente prendadas, dispostas a trabalhar em casas de família do pequeno, mas abastado centro urbano, logo se instalaram. A primeira passou a trabalhar como empregada doméstica na rua Tavares Cavalcante, Centro, nº 227. Todavia, diante da facilidade com que seu patrão guardava ou deixava seus pertences à mostra, Lionete resolveu furtá-lo, e naquela empreitada teria contado com a ajuda de Maria de Lourdes para “esconder a muamba” (D.B 10.01.1970;p.5).

O delito teria passado em branco se, naquela manhã de janeiro de 1970, as vidas daquelas duas jovens mulheres, possivelmente encantadas com a possibilidade de possuir ou de vender as jóias para comprar algo mais valioso para elas, não tivessem chocado-se com as garras da lei, na pessoa do investigador de polícia Severino Monteiro, da delegacia de Investigações e Capturas.

Para o investigador era apenas mais um caso de furto. Para as duas mulheres era a acusação de um roubo e a vergonha de ter de encarar seus conterrâneos das duas circunvizinhas cidades, uma vez que o Jornal Diário da Borborema, também devia circular por lá. Para o historiador poderia ser apenas mais um entre tantos registros de vidas perdidas. Se não fora esta pequena nota perspegada num canto de coluna jornalística, tais vidas jamais voltariam à tona para serem também esquadrihadas pelo seu discurso.

Michel Foucault (1926-1984) em seu instigante texto, *A vida dos Homens Infames*, nos alerta que querer tratar de vidas assim, trazendo-as de volta à luminosidade do presente,

* Antonio Clarindo Barbosa de Souza, professor do Programa de Pós-Graduação em História da UFCG

é também mostrar que elas teriam ficado obscurecidas para a história e para a memória dos homens comuns, e que só mereceram figurar em algum tipo de história porque chocaram-se com os discursos da justiça ou da polícia. Aqui, elas nos são trazidas pela breve nota de um jornal de província. Assim como os casos estudados por Foucault, na já citada obra, estas vidas seriam:

“Existencias contadas em pocas líneas o em pocas paginas, desgracias e aventuras infinitas recogidas em um puñado de palabras. Vidas breves, encontradas ao azar em libros y documentos.” (FOUCAULT; 2006; p. 121).

Todos os casos envolvendo prostitutas, pequenos larápios, descuidistas, bêbados, traídos, loucos, vadios e insanos que perambulavam pela cidade, histórias das falsas empregadas domésticas que se encaixavam em casas de família com a pretensão de vir a roubá-las, fazem parte hoje de uma história possível dos populares, das pessoas mais simples, dos desafortunados do luxo e da riqueza que, neste caso, parecia ainda existir na cidade de Campina Grande entre as décadas de 1960 e 1980.

Como historiadores poderíamos contar esta história dos homens e mulheres infames que conviveram na cidade naquelas duas décadas pelas grandes mortes, pelas grandes tragédias que assolaram a cidade, o estado ou mesmo o país. Poderíamos também optar por contar a história da cidade inserindo-a dentro de um contexto da história nacional chamado de ditadura militar, que naqueles anos de 1970 entraria em uma de suas fases mais duras. Poderíamos também tratar das histórias destes moradores inserindo-as nas lógicas do mundo do trabalho, da produção e da luta de classes. Da sua experiência de se contrapor aos outros moradores ricos ou proprietários de bens e cargos de poder. Todavia, se optássemos por uma destas vias, não poderíamos dar atenção aos pequenos fatos, aos pequenos deslizos, aos minúsculos mecanismos de resistência e aos diminutos gestos de resistência ao poder que marcaram estas vidas.

O discurso do historiador, passados 40 anos dos fatos aparentemente corriqueiros que pareciam assolar a cidade naqueles anos, é um discurso que se elabora a partir de três perspectivas diferentes: a do jornal, que descreve o fato ocorrido na época, como se fora uma verdade incontestável e com os devidos filtros de preconceito e linguagem jornalística, rápida e contundente; a do discurso policial que se ancora na lei ou no linguajar jurídico para nomear as pessoas como ladras e qualificá-las como desordeiras

(fora de ordem)¹ e, finalmente, a do historiador que tenta destrinchar as formas como aquelas vidas foram se chocar com os discursos reguladores da justiça, punitivos da polícia e denunciadores do jornal².

Esta mistura de discursos sobre aquelas vidas que talvez nunca tenham sabido que seriam alvo de tantos dizeres é como o próprio Foucault afirma: uma lenda! Lenda arquitetada a partir dos discursos produzidos pelos mecanismo de poder: uma mescla de realidade e ficção. E para que estas vidas tenham chegado até nós e para que possamos nós também historiadores escarafunchá-las...

...fue preciso por tanto que um haz de luz, durante ao menos un instante, se posase sobre ellas, uma luz que les venía de fuera: lo que las arrancó de la noche en la que habrían podido, e quizá debido, permanecer, fue su encuentro com el poder.” (FOUCAULT, 1996:p. 124)

POR UMA HISTÓRIA MAIS SENSÍVEL

Aqui cabe uma questão sobre o como considerar as questões das sensibilidades quando as pessoas simples ou populares são agredidas, violentadas, vilependiadas e indigitadas em todas as suas práticas. Nos parece que a construção de uma sensibilidade mais apurada por parte destas pessoas fica altamente prejudicada, uma vez que, além de terem dificuldades materiais durante toda a vida, ao se tornarem adultas e ganharem o mundo para viver suas vidas das formas que lhes eram possíveis, elas só encontravam normas, discursos reguladores, indicações de condutas, nomenclaturas pejorativas e afirmações sobre sua suposta incapacidade de mudar. Assim, os modelos de sensibilidades construídos por estas pessoas não podem ser entendidos apenas como algo positivo ou positivado, mas sim como falta, carência, ausência de estímulos para sentirem-se seres humanos melhores, dignos de vida e de história.

¹ Como o fez no mesmo jornal e na mesma página, ao falar da prisão da doméstica Célia Soares da Silva, 18 anos, moradora do sítios 11 Cruzes, também presa para averiguações uma vez que estava sendo acusada de roubo na região do baixo meretrício. Enquanto o jornal a nomeia como “doméstica” os agentes Cícero e Valdevino da Silveira, a nomeiam como “ladra” e afirmam que ela já causara “uma série de desordens na rua Manoel Pereira de Araújo”(D.B – 10.01.1970;p.5)

² Como já discute Certeau, quando fala do lugar social do autor e como este influencia sua escrita. A escrita da história se faz a partir de uma articulação de espaços sociais, econômicos, políticos, culturais, pessoais, acadêmicos, ou seja, recortamos experiências, estabelecendo um jogo de pertencimentos e afastamentos. CERTEAU, Michel de – A operação historiográfica in: A Escrita da História; Rio de Janeiro; Forense; 2000.

Uma história do sensível, que enfoque as pessoas despossuídas passa necessariamente, pela crítica ou pela percepção de como estas pessoas foram ou eram afetadas pelas mudanças técnicas ocorridas em sua época, pelas formas de exposição de suas figuras, pelos modelos de comportamentos exigidos delas, pelas maneiras como as pessoas, letradas ou não, conheciam ou entendiam o “real”, e por “verdades” e valores que orientavam a sociedade na qual elas viviam.

No dizer de Alan Barbiero uma história como esta é uma história das vidas simples “de detalhes do dia-a-dia de atores até hoje rejeitados pelas histórias oficiais, pessoas cujos propósitos de vida não se confundem com o destino da pátria, de sua gente, são personagens anônimas, que nada fizeram de histórico (*diríamos grandioso*), viveram simplesmente suas vidas como centenas e milhares de contemporâneos seus viveram as suas”³

A história, como hoje é escrita nos permite incorporar, assim como o fez Baudelaire, “o grotesco do cotidiano à poesia” ou, como o fez Lima Barreto, tornar o comum, o corriqueiro, em incomum. Aquilo que era dito sobre os populares de uma forma tão difamante, pode agora ser re-dito, recontado, redimensionado, redirecionado para dar a ver outras possibilidades de leitura sobre os mesmos personagens, em outro tempo e lugar.

Aqui também caberia uma pergunta que já foi feita, e no nosso modo de ver respondida por Sandra Jatahy Pesavento: O que buscamos quando estudamos as sensibilidades? Procuramos as marcas de historicidade que nos permitem reconfigurar o tempo do acontecido⁴.

Entendendo que os historiadores são mais um grupo de intelectuais que produzem discursos, mas que também não são apenas observadores passivos, e sim testemunhas de seu tempo⁵, o que nós historiadores culturais pretendemos? Simples, porque todas as coisas simples são as mais difíceis dos homens entenderem: queremos apenas: capturar

³ BARBIERO, Alan – Prefácio in: ERTZOGUE, Marina Haizenreder & PARENTE, Temis Gomes – História e Sensibilidade; Brasília : Paralelo 15, 2006; p.12/13.

⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy – Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais / organizado por Sandra Jatahy Pesavento e Frédérique Langue – Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2007.

⁵ LANGUE, Frederique – Introdução – O sussurro do tempo: Ensaio sobre uma história cruzada das sensibilidades Brasil-França in: ERTZOGUE, Marina Haizenreder & PARENTE, Temis Gomes – História e Sensibilidade; Brasília : Paralelo 15, 2006; p.24.

as razões e os sentimentos que qualificam a realidade. Que expressam os sentidos que os homens em cada momento da história foram capazes de dar a si próprios e ao mundo⁶.

Se já sabemos o que queremos como historiadores do sensível, o que somos para os nossos pares? Enfim, o que é um historiador das sensibilidades? Para Alain Corbin um historiador das sensibilidades toma como ponto de partida a maneira como as pessoas se representam, em distintos momentos da história, cabendo-lhe interpretar as conexões dessas representações em seu universo.⁷

E os personagens que estudamos? Será que só poderíamos nos interessar pelos personagens que possuíram uma sensibilidade cultivada, civilizada, exposta em textos ou imagens que apontam para uma dada educação formal ou nos debruçaríamos também sobre a vida dos homens infames (de Foucault) e dos homens ordinários (no sentido de Certeau)? Sim, é possível também escrever sobre os malditos, sobre aqueles que fizeram história mas que não mereceram figurar na chamada “Grande História” como protagonistas. Tais personagens são chamados a figurar na história. Talvez não como protagonistas.

“Se não foram sujeitos das histórias oficiais, recentemente, a partir da história das mentalidades, da vida privada e, agora, com essa vertente da sensibilidade na história, entraram em cena como atores capazes de esclarecer, com sutilezas antes não observadas, uma sociedade que só era conhecida mediante datas dos grandes acontecimentos, revoluções, golpes de Estados, elites, crises, acordos e tratados”⁸.

Durante muito tempo, a partir da concepção materialista da história, passando por sua versão thompsoniana e, mais recentemente pela história da vida privada, os historiadores entenderam de formas diversas a presença dos excluídos na história. Todavia, como afirma Barbiero na citação acima e complementada por Langué (2006)

“Colocar em evidência os esquecidos da história, os marginalizados, os foragidos, as messalinas e outros pecadores...homens e mulheres do povo, mestiços e outras pessoas

⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy – Sensibilidades: Escrita e leitura da alma in: Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais – Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2007.

⁷ Ver ERTZOGUE, Marina Haizenreder & PARENTE, Temis Gomes – História e Sensibilidade; Brasília : Paralelo 15, 2006; p.17.

⁸ BARBIERO, Alan – Prefácio in: ERTZOGUE, Marina Haizenreder & PARENTE, Temis Gomes – História e Sensibilidade; Brasília : Paralelo 15, 2006; p.13.

de 'cor imprecisa' leva-nos a relevar o discurso não reconhecido pela ordem social, a palavra marginalizada pela história oficial, um novo enunciado e, sobretudo, espiar outros testemunhos e indícios.”⁹

A grande crítica que é feita às tentativas de estabelecer uma história do sensível é que os pesquisadores não poderiam, de forma alguma, acessar os sentimentos das pessoas que viveram noutro tempo e lugar. Isto é lugar comum, embora não seja lugar comum ou ponto pacífico que nós que nos debruçamos sobre as vidas destes personagens queiramos saber exatamente como eles sentiam. Seria incorrer no mesmo erro da concepção rankeana de história que, através das fontes, pretendia acessar o que “realmente aconteceu”. Cairíamos na armadilha de tentar definir o que as pessoas “realmente sentiram”. Não podemos fazer isto. Podemos apenas, através dos indícios, resignificar, rerepresentar, tentar inquirir, o que tal sentimento significava para aquelas pessoas.

A história feita com a preocupação de recompor ou acessar as sensibilidades de outrora além de esbarrar no silêncio ou omissão das fontes não pode cair no anacronismo de querer “reconstituir o sistema de representações e, por conseguinte, de apreciação, de valoração do mundo”. As maneiras como as pessoas de outras épocas apreciavam, valoravam, julgavam e representavam suas vidas e o mundo circundante, é bem diversa da nossa, tanto enquanto pessoa, quanto como historiador, agente de discurso que pretende trazê-las de volta à cena. Nós, os historiadores não temos o poder de fazer voltar à vida as pessoas e seus valores, mas apenas tentar entender o que elas pensavam e como praticavam suas vidas, mesmo que ditas, infames.¹⁰

Por fim, para terminar estas considerações sobre o que, o como e quem pretendemos abordar nestas breves reflexões sobre uma possível história do sensível, vale a pena lembrar que este novo tipo de narrativa “pressupõe uma abordagem capaz de reconverter em voz o silêncio daqueles que viveram os acontecimentos”. Nossa intenção neste texto-discurso sobre vidas seria então reabilitar e valorizar...

⁹ BARBIERO, Alan – op.cit.p.13.

¹⁰ CORBIN, Alain – Historien du sensible. Entretiens avec Gilles Heuré, Paris, La Decouverte, 2000, p.60. Citado por LANGUE, Frederique - Introdução – in: ERTZOGUE, Marina Haizenreder & PARENTE, Temis Gomes – op.cit; p.24.

“...os testemunhos de sujeitos singulares, personagens submetidas a um regime de poder que gravou sobre seus corpos concretos, marcas de uma escrita de dor, sofrimento, inquietações, humilhações, saudades, medos e esperanças. Reavivar a história desta gente significa retroceder no tempo para municiar-se de recursos para coibir grandes esquecimentos e capacitar-se para o entendimento do tempo histórico a partir das experiências pessoais de uma gente cujo destino sempre foi considerado – até mesmo pelos autores – à margem da história.”¹¹

Acreditamos, que tudo isto, pode ser encontrado nas páginas diagramadas de alguns jornais que circularam em Campina Grande entre os anos de 1960 a 1980. Vidas ditas de uma forma nem sempre tão agradável, mas vidas marcadas pela dor, pelo sentimento de perda, pelas alegrias do amor, pela solidariedade, pela compaixão, pelo fatídico, mas principalmente pela capacidade de fugir, driblar, burlar as normas reais e discursivas que tentavam prender tais vidas entre as margens estreitas das colunas diagramadas.

CAMPINA GRANDE E OS SEUS MAL-DITOS

As memórias construídas sobre a cidade de Campina Grande entre as décadas de 1960 e 1980 falam de muitos sucessos comerciais e empresariais; informam sobre a criação de centros de educação, da construção da Federação das Indústrias do Estado e de várias empresas de beneficiamento de produtos; do grande crescimento urbano, com a construção de praças, avenidas e prédios altos, mas pouco falam das pessoas simples, dos populares que habitavam ruas e becos, áreas insalubres e inóspitas, que só vão aparecer nos jornais em seus momentos de fúria, desavenças e humilhação.

Em fins dos anos de 1960 as elites políticas, econômicas e técnicas se preocupavam em planejar, disciplinar e fazer funcionar a cidade em parâmetros ditos modernos. Todavia, os populares pareciam não ser incorporados nestes discursos, pois não eram convidados nem viam oportunizados espaços para o debate de seus projetos de cidade.

Problemas simples como habitação, abastecimento d'água e eletrificação passaram a ser pensados nos anos 1970 como questões estratégicas dos governos nacional, estadual e municipal. Em 1969, por exemplo, fora criada a Companhia de industrialização de

¹¹ ERTZOGUE, Marina Haizenreder & PARENTE, Temis Gomes – op.cit;p. 19.

Campina Grande (CINGRA) na gestão do sr. Manoel Paz de Lima (interventor) e em 1971, na gestão do também interventor Luiz Motta Filho, foi criada a Companhia de Industrialização¹², uma derivação da antiga CINGRA e que pretendia “planejar, orientar e programar o desenvolvimento físico, social e econômico de Campina Grande.” (D.B – 20.10.1973;p.2). Como marco da busca e da luta de suas elites pela industrialização, a cidade serrana foi a primeira do interior do Brasil a sediar uma Federação das Indústrias.

Sempre passando ao largo deste desenvolvimento planejado ou pretendido, homens e mulheres populares pareciam, com sua própria existência e presença nas ruas, negar, afetar ou contra-dizer estes discursos de planejamento enquadrador de corpos e atitudes. Ao ordenamento, planejamento e desenvolvimento físico e social da cidade pareciam contrapor-se personagens insólitos como a intitulada meretriz *Cearense*, que foi presa na noite de 14 de janeiro de 1970 quando provocava “desordem” na área do meretrício, à rua Manoel Pereira de Araújo. O mesmo jornal que era tão pródigo em mostrar o desenvolvimento industrial da cidade, focalizando “uma indústria por dia”¹³, era o mesmo que denunciava *Cearense*¹⁴ e suas congêneres de forma à expô-las ao ridículo e ao opróbrio dos demais campinenses civilizados e sintonizados com o discurso industrializante.

Uma semana depois, era a vez das mulheres: “Maria José da Silva, 30 anos e Creusa Araújo de 21 anos (ambas residentes na rua Manoel Pereira de Araújo), (serem) presas pela Sargento Dubú, comissário do Mercado Central, depois de terem aplicado contra um 'matuto' a já conhecida 'tabelinha'. Do 'caçador de amores', as mulheres retiraram setenta e cinco cruzeiros novos e quando presas já tinham gasto cinco. Estão no buque à disposição do major João...” (D.B – 22.01.1970; p.5).

¹² Campina Grande foi a primeira cidade do interior do Brasil a sediar uma federação das Indústrias. Nos anos pós-guerra, graças às políticas de promoção de abertura do país às importações...a cidade atraiu novos investimentos e diversas indústrias, e tornou-se a cidade palco de um acelerado processo de desenvolvimento econômico” Cf. In: OLIVEIRA & RODRIGUES, 2009: p.43-44. Com o objetivo de desenvolver e valorizar a produção industrial paraibana, um grupo de empresários de Campina Grande criou em 17 de julho de 1949 a FIEP, cuja primeira sede funcionou na rua João Pessoa, sendo transferida posteriormente para a Av. Canal.

¹³ Trata-se de uma série produzida pelo Diário da Borborema, entre os anos de 1965 e 1966, focalizando as indústrias instaladas e atuantes na cidade. Ver os exemplares dos meses de novembro e dezembro de 1965 e janeiro de 1966.

¹⁴ “A mundana Cearense, foi presa na noite de ontem quando promovia desordem na rua Manoel Pereira de Araújo” (D.B – 15.01.1970; p.5).

O interessante nesta fase do jornalismo campinense (1969-1989) e da página policial em especial, era a aparente necessidade de, além de nomear as prostitutas, mostrar os seus rostos através de fotografias. No segundo caso citado acima, é interessante notar a postura das mulheres fotografadas, elas *pousam* para a foto com bastante calma, encostando-se na parede da delegacia, com o cotovelo apoiado como se o fizessem para as câmeras dos fotógrafos de revistas de moda muito comuns à época.

O uso da fotografia aqui não tinha apenas o caráter de ilustração da matéria, até porque muitas vezes a foto estava cercada por outras matérias que não lhe diziam respeito. Era apenas uma maneira de expor aqueles que não se enquadravam nas regras propostas pelos planejadores sociais. Poucas eram as pessoas de elite, que uma vez envolvidas em crimes ou arruaças, eram nomeadas ou tinham suas imagens fotográficas expostas.

O texto jornalístico nutria-se ou associava-se ao texto imagético (fotografia) com a intenção de reforçar as palavras. Mesmo entendendo que a fotografia não é o real, mas sim um simulacro e uma parte recortada deste real, no presente caso ela servia para (re)conhecer imageticamente um fato ou pessoas envolvidas no fato. Ao ser unida ao texto escrito, no caso do chamado fotojornalismo, com títulos, legendas, manchetes ou artigos, as fotografias vão emitir mensagens sob dois pontos de vista: um código imagético e um escrito ou transsubstanciado, pois para além do que é dito, há o que é visto, se impondo como comprovação da verdade. Os demais sentidos, características ou conotações que a matéria podia adquirir, seriam dadas pelos leitores, mais ou menos informados.¹⁵ Além disto, é importante notar também como, a partir de 1961, é recorrente nos jornais a indicação do local de moradia dos acusados, detidos ou mesmo criminalizados.¹⁶

Desta forma, as matérias jornalísticas que analisamos e reinterpretemos aqui, não podem ser vistas apenas como componentes de um documento/fonte, por excelência. Assim como outros tipos de fontes podem e devem ser vistas como monumentos, e não como algo que traz o passado em si, mas como indício através do qual se interroga

¹⁵ BARTHES, Roland – Mensagem fotográfica – Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990. No qual Barthes utiliza os conceitos da linguística de denotação e conotação, para o mundo da fotografia e analisa a fotografia como uma representação intencional para suscitar certo tipo de leitura.

¹⁶ Ver matéria no D.B – 17.02.1970;p.5. Manchete: Nada menos que 11 vadios detidos no final de Semana. Detalhe: entre eles, dois menores – Tonho do Jornal e João Galo de Campina, que, segundo o jornal “já roubam há anos e são afamado no quebra-paca”.

como o próprio jornal/fonte foi produzido(a). Como lembra ALBUQUERQUE Jr (2009)

“Ao tomarmos um discurso ou pronunciamento como fonte para nosso trabalho, não devemos perguntar apenas o que ele diz sobre o passado, que informações ele nos traz, mas devemos nos perguntar como esse discurso foi produzido, em que época, por quem, em que circunstâncias política, econômicas, sociais.”¹⁷

Assim é que também na edição do Diário da Borborema do dia 17 de fevereiro de 1970, está estampada a imagem da “mundana”, *Maxixe*, como era conhecida a mulher (Sebastiana), moradora da rua Prefeito Camilo, que, segundo o jornal, além de consumir bebida alcoólica em abundância, teria fumado maconha. *Maxixe* teria tomado “uma cana das mais avançadas” e resolvido “fechar a rua Prefeito Camilo”. Um aspecto a se destacar nesta notícia é a vinculação da suposta baderneira ao uso de psicotrópicos, pois era mais usual os homens serem nomeados como “maconheiros”. Nada das sutilezas atuais de usuários de entorpecentes ou drogas. O termo maconheiro vai começar a ser usado na imprensa campinense desde a segunda metade dos anos 1960 e vai sempre estar colado à pessoas e lugares específicos da cidade.

Talvez sabedora dos códigos de punição da polícia e da justiça, *Maxixe* se dizia perseguida. Segundo o Jornal: “Quando estava sendo mais uma vez fichada, Sebastiana - é a única vez que seu verdadeiro nome é mencionado - disse que é perseguida pela policia, que nunca lhe deu razão - no sentido de motivo - alguma, e começou a chorar pedindo clemência. E dizia que seus filhos iriam morrer de fome” (D.B 17.02.1970;p.8). Todavia, como o próprio jornal afirmava: “esta cantilena de ébria, era por demais conhecida dos investigadores” que faziam ouvido de mercador e a mulher ficou mesmo trancafiada para ser ouvida pelo Major Marcílio.

Era assim que o jornal, a polícia e a justiça (re)tratavam os populares. Já lhes conheciam as manhas. Já lhes sabiam as estratégias. Já lhes “manjavam” as astúcias. Todavia, não percebiam que os populares também “sacavam” os seus discursos estabelecidos de poder autorizados; que os populares também “manjavam” os estratagemas usados pelos agentes da lei para enquadrá-los, e por isto, se faziam de vítimas. Mais vítimas do

¹⁷ ALBUQUERQUE Jr; Durval Muniz de – Pronunciamentos e discursos – a dimensão retórica da historiografia in: O historiador e suas fontes: Carla Bassanezi Pinsky e Tânia Regina de Luca (orgs.). - São Paulo: Contexto, 2009;p.234-235.

que realmente eram, usavam de astúcias, de procrastinações, de engabelamentos, de supostas faltas de sorte e de incontáveis formas de escapar à prisão e à denúncia. Mas se conseguiam fugir das garras da polícia, nem sempre escapavam dos tipos móveis das oficinas dos jornais.

E até verdadeiras catástrofes pessoais que marcaram aquelas vidas também o jornal imputava à falta de condições de moradia e educação das vítimas. Os textos jornalísticos com suas análises preconceituosas, criavam uma inversão perversa de colocar a vítima como culpada dos seus próprios males.

CRÔNICA DE UMA MORTE DIAGRAMADA

Isto é o que parece ter ocorrido no caso da garota Patrícia, de apenas 4 anos de idade, que morreu vítima de uma queda, quando sua mãe Lourdes do Nascimento teve que se ausentar de casa, para ir à João Pessoa trabalhar numa boate, deixando-a aos cuidados de uma vizinha. Nesse ínterim, outra vizinha, chamada Luzia, desafeta de sua genitora, teria entrado na casa onde estava a criança, dado-lhe um beliscão e a deixado cair *propositalmente* dos braços. Dias depois, a criança veio a falecer vítima da queda. A pequena tragédia doméstica comportava várias nuances. Primeiro a necessidade da mãe de prostituir-se longe da cidade de Campina Grande, talvez para não ser identificada pela polícia local como mais uma prostituta dos anos 1970.

Outro aspecto que chama a atenção é a forma como o jornal apresenta o local de moradia dos envolvidos no drama, e como nomeia, classifica, julga e determina como cada um entende ou representa o que ocorreu. Em primeiro lugar nomeia o local como sendo impossível de ter-se um bom convívio saudável, salutar e familiar, dadas as fracas condições de habitabilidade:

“A vila de quartos onde residem as mulheres envolvidas no trágico fim de Patrícia, é pobre, a exemplo de tantas 'vilas' que proliferam nos mais diversos setores da cidade, sem condições de higiene, educação ou de uma vida condigna para pessoas humanas”

E arremata, construindo uma imagem e reforçando a ideia de que alguns estariam já conformados com o seu fatídico destino.

“Há pessoas ali que choram a morte da criancinha. Outras nem falam no assunto, como se nada tivesse acontecido. 'É o destino' - Falou um desempregado que cochilava a ponta de uma tapera” (D.B - 15.01 1978; p.9).

O que o jornal não ressalta, ou não quer dar visibilidade é o contexto de ajuda e cooperação entre as vizinhas, as relações de solidariedade e de acolhimento, que, por vezes, sem ser pretendido era estendido a todos. A vizinha Lourdes do Nascimento que havia ficado com a criança, se dispôs a fazê-lo, mesmo sabendo que o trabalho da mãe não era dos mais aceitáveis. Dentro de sua lógica de acatamento, quem estava pedindo ajuda não era a prostituta que ia para João Pessoa entregar-se a diferentes parceiros sexuais, mas sim a mãe, que, como ela, precisava de ajuda e não contava com as benesses do esfuziante progresso da cidade de Campina Grande naquele final de década de 1970.

Mais interessante ainda é que os códigos de conduta das envolvidas no caso mudam conforme vítimas, acusada e testemunhas se colocam em posição de discurso. As vizinhas que não criticam Maria de Lourdes - a mãe necessitada de deixar a filha aos cuidados dos outros - são as mesmas que atribuem à acusada desvios de conduta após ter sido largada por um “elemento de certas condições financeiras”. Uma das vizinhas (Goreti ou Fátima, não fica claro na matéria) teria afirmado que:

“A acusada sempre foi dada a uma vida mundana, um dos motivos que levaram o amante a abandoná-la. Luzia – segundo suas vizinhas – vive agora de boate em boate, indo sempre ao (ilegível) da Lourdes, em Guarabira” (D.B. 15.01.1978;p.9).

Estas frases finais da matéria parecem demonstrar aquilo que E.P. Thompson afirma sobre as pessoas que convivem numa mesma classe social. Elas não possuem os mesmos códigos de valores, ou os utilizam contra ou a favor de alguém conforme suas necessidades. Não há um discurso homogêneo que une todas as pessoas de um determinado grupo social, apenas porque são pobres. Estes códigos de linguagem e de valorização mudam quando o discurso jurídico, policial ou jornalístico tenta mostrá-las como sendo todas iguais.

As vizinhas, neste caso, tentam estabelecer uma diferença entre a mulher que se prostitui por necessidade de criar a filha (agora morta) e a amante descabida, que perdeu o amante e agora se prostitui por puro desvario. Na tentativa de classificar Luzia, o jornal arremata imputando aos outros opinião que ao longo de toda matéria ele próprio tentou construir: “Na vila de quartos há revolta contra Luzia, já considerada por alguns como cruel e sádica por ter jogado a garotinha de encontro ao chão” (D.B. 15.01.1978;p.9).

As mulheres, além de serem nomeadas como infames, desmioladas, sádicas, cruéis, insensatas, ciumentas, desvairadas e desordeiras, eram classificadas pelos jornais das décadas de 1970 e 1980, como “trabalhosas”.

Em uma declaração do Juiz Amaury Ribeiro de Barros, da 4ª Vara Criminal, ele afirmava em 1978 que “As mulheres dão mais trabalho à justiça do que os homens!” É bem verdade que aquela Vara cuidava de casos envolvendo os problemas com menores de idade, e as jovens de 15 a 21 anos pareciam dar grande trabalho à justiça pelo fato de se envolverem nos “mais estranhos problemas, desde sair de casa, serem seduzidas, feridas pelo amante ou namorado” (D.B – 22.02.1978;p.8).

Mais uma vez os discursos jurídico e jornalístico se juntam para nomear as pessoas e criar determinados tipos humanos, no caos, “as trabalhosas”. Importante notar que na conotação da época este termo se contrapõe exatamente à trabalhadoras ou, como se diz no linguajar popular, “trabalhadeiras”.

Se estes personagens eram excluídos ou escondidos da história, os documentos policiais, judiciais e jornalísticos mostram como a sociedade os via e o Estado os reprimia, descortinando, no dizer de Barbiero (2006) “o pano de fundo do que considerado a escória gerada no momento mesmo em que a sociedade se reproduz”

Assim, a própria sociedade progressista, desenvolvida e moderna decantada pelos jornalistas, intelectuais e industriais campinenses, gerava o seu contraponto ou contrapostos, o que suscitava mais conflitos e confrontos.

Assim, munidos destes esparsos indícios, destas breves pistas, destes leves traços, nos aproximamos e tentamos fazer falar estes populares que nos momentos em que entraram em contato com as instituições e homens que materializavam os discursos de saber e poder em Campina Grande, demonstraram através de suas palavras, seus gestos, suas performances cotidianas, seus atos de fuga e de burla, que talvez lutassem apenas por uma vida menos infame!